

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1.	Razão de ser do inquérito .....	1
2.	Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil .....	2
3.	Fixação das atribuições da Polícia Civil .....	2
4.	Finalidade do inquérito policial .....	3
5.	Caracteres do inquérito policial .....	3
6.	Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial .....	4
7.	Prazo para a conclusão do inquérito .....	8
8.	Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? ....	9
9.	É indispensável o inquérito? .....	9
10.	Qualificação direta ou indireta do indiciado .....	10
11.	O relatório .....	10
12.	A condução coercitiva do indiciado .....	10
13.	Como se inicia o inquérito policial? .....	11
14.	Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? .....	12
15.	Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? .....	15
16.	Modelo de portaria. Observações .....	15
17.	Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	17
18.	Modelo de requisição do Juiz. Observações .....	19
19.	Modelo de requerimento da vítima. Observações .....	21
20.	Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	24
21.	Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações .....	25
22.	Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	27

## CAPÍTULO 2

### DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1.	O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo .....	36
2.	Sentido da expressão “flagrante delito” .....	39
3.	Fundamento da prisão em flagrante .....	39
4.	As modalidades de flagrante .....	40
5.	Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .....	41
6.	A prisão em flagrante como ato administrativo .....	43
7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada .....	43
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....	43
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto .....	44
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante .....	45
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante .....	46
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais .....	46
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? .....	47
14.	Observações sobre a prisão em flagrante .....	47
15.	Flagrante preparado e flagrante esperado .....	53

## CAPÍTULO 3

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções .....	58
2.	Conceito .....	61
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário? .....	61
4.	Característicos .....	62
5.	Princípios .....	64

6.	Divisão da jurisdição .....	66
7.	Competência .....	68
8.	Delimitação do poder de julgar .....	69
9.	Onde a causa penal deve ser julgada? .....	71
10.	Prerrogativa de função .....	76
11.	Conexão e continência .....	80

## CAPÍTULO 4

### DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação .....	89
2.	O processo .....	90
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .....	92
4.	Ação penal: conceito .....	93
5.	Classificação subjetiva da ação penal .....	93
6.	Da ação penal pública incondicionada .....	94
7.	Ação penal pública incondicionada: princípios .....	95
8.	Da ação penal pública condicionada .....	99
9.	Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função .....	113
10.	Requisição do Ministro da Justiça .....	116
11.	Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa .....	119
12.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir .....	121
13.	Condições específicas da ação .....	123
14.	Rejeição da denúncia ou queixa .....	125
15.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....	126
16.	Pode o Promotor desistir da ação penal? .....	127
17.	Como se instaura o processo .....	128
18.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....	128
19.	Que deve conter a denúncia? .....	128
20.	Modelo de denúncia .....	131
21.	Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito .....	132

22.	Prazos para a denúncia .....	133
23.	O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....	134
24.	Outras observações .....	136
25.	Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências .....	138
26.	Observações .....	139
27.	Pode a autoridade policial deixar de realizá-la? .....	139
28.	Pedido de arquivamento: modelo .....	140
29.	Observações .....	140
30.	Arguição de incompetência: modelo .....	144
31.	Conflito de competência .....	146
32.	Conflito de atribuições .....	152

## CAPÍTULO 5

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Observações sobre a queixa .....	155
2.	A decadência do direito de queixa .....	157
3.	Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....	160
4.	A queixa nos crimes contra a honra. A perempção .....	162
5.	O perdão .....	163
6.	Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? .....	163
7.	As custas do processo .....	168
8.	Modelo de queixa .....	170
9.	Modelo de procuração .....	171

## CAPÍTULO 6

### DA DEFESA PRÉVIA

1.	É a defesa prévia obrigatória ou facultativa? .....	172
2.	Exemplo de defesa prévia .....	173
3.	Observações sobre a defesa prévia .....	174

## CAPÍTULO 7

### DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1.	O assistente de acusação .....	179
2.	Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..	179
3.	A função do assistente .....	180
4.	Ouvida do Ministério Público .....	181
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir? .....	181
6.	Atividade do assistente .....	182
7.	Em que hipóteses pode recorrer? .....	182
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....	184
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente? .....	185
10.	A intimação da sentença .....	186
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente .....	186
12.	Modelo de procuração .....	187

## CAPÍTULO 8

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico .....	189
2.	A antijuridicidade .....	190
3.	A culpabilidade .....	191
4.	A imputabilidade .....	192
5.	A importância do exame de sanidade .....	192
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade .....	193
7.	Os menores de 18 anos .....	193
8.	Os doentes mentais .....	194
9.	A embriaguez .....	195
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....	196
11.	Como se comprova a inimputabilidade? .....	197
12.	Oportunidade para o exame de insanidade mental .....	199
13.	Legitimidade .....	200

14.	Procedimento .....	200
15.	Formulação dos quesitos .....	201
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração .....	203
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia? .....	204

## CAPÍTULO 9

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento .....	205
2.	Processo e procedimento .....	205
3.	As alterações introduzidas no Processo Penal .....	207
4.	Formas procedimentais .....	210
5.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função ..	211
6.	Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função ..	225
7.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão ..	226
8.	Suspensão condicional do processo .....	231
9.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais .....	244
10.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase .....	246
11.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação .....	247
12.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade .....	251
13.	A competência do Tribunal do Júri .....	260
14.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i> ...	261
15.	Organização e funcionamento do Júri .....	273
16.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação .....	300
17.	Modelo de sentença absolutória. Observação .....	302
18.	Modelo de sentença condenatória. Observação .....	302
19.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações ..	304
20.	Questionário .....	308

## CAPÍTULO 10

### DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares ....	324
----	---	-----

2.	O foro competente .....	325
3.	O inquérito judicial .....	325
4.	É contraditório este inquérito? .....	327
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal? .....	329
6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal .....	330
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial .....	331
8.	Prazos .....	333
9.	A importância da sentença declaratória da falência .....	336
10.	A ação penal nas pequenas falências .....	337
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa ....	340
12.	Os prazos prescricionais .....	341
13.	O procedimento .....	343
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa? .....	346
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais .....	347
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação .....	349
17.	Entorpecentes. Observações .....	352
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	358
19.	Os crimes contra a fauna .....	359
20.	Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores	360

## CAPÍTULO 11

### **DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO**

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção. Observações .....	361
2.	O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapassar dois anos, subordinados ou não a procedimento especial. Observações	363
3.	O procedimento sumariíssimo .....	376
4.	Modelo de termo circunstanciado .....	378
5.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção .....	380

6.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade .....	380
7.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observação .....	382
8.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	384
9.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento .....	384
10.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	385
11.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento .....	385
12.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento .....	390
13.	Crimes contra a honra: procedimento .....	392
14.	Entorpecentes .....	400
15.	Crimes da Lei das Licitações .....	400

## CAPÍTULO 12

### DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares .....	402
2.	O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP .....	403
3.	O novo rito .....	404
4.	Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP .....	405
5.	O procedimento especial .....	406
6.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações? .....	407
7.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	407

## CAPÍTULO 13

### DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo .....	411
2.	Observações sobre as alegações finais .....	413
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações .....	415



## CAPÍTULO 14

### DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória .....	418
2.	Quando é necessária a prisão processual? .....	420
3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível.....	422
4.	Da prisão preventiva .....	423
5.	Da prisão temporária .....	427
6.	Anotações sobre o flagrante .....	430
7.	Da liberdade provisória .....	431
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade .....	433
9.	Limites da fiança .....	439
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança .....	440
11.	Extinção .....	441
12.	Fiança sem efeito .....	441
13.	Reforço .....	442
14.	Fiança sem objeto .....	442
15.	Condenação .....	443
16.	Execução .....	443

## CAPÍTULO 15

### DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo .....	444
2.	Sentença condenatória: exemplo .....	445
3.	Observações sobre a sentença .....	447

## CAPÍTULO 16

### DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo .....	464
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada? .....	465
3.	Exemplo de libelo .....	465
4.	Observações sobre o libelo .....	466

5.	Libelo em série. Observações .....	467
6.	Outros modelos. Observações .....	468
7.	Contrariedade do libelo. Observações .....	470

## CAPÍTULO 17

### DAS NULIDADES

1.	Noções preliminares .....	472
2.	Ato inexistente .....	472
3.	Atos nulos e irregulares .....	473
4.	A nulidade .....	474
5.	Atos essenciais .....	474
6.	Formalidades essenciais .....	475
7.	A classificação dos atos e das formalidades .....	476
8.	Incompetência, suspeição e suborno do Juiz .....	477
9.	Ilegitimidade de parte .....	477
10.	Relação dos atos estruturais .....	478
11.	Nulidades absolutas e relativas no CPP .....	482
12.	Momento para a arguição da nulidade .....	484
13.	Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade? .....	484
14.	Quem pode arguir a nulidade? .....	485
15.	Modos de sanabilidade .....	485
16.	Pode haver nulidade em inquérito? .....	485

## CAPÍTULO 18

### DOS RECURSOS

1.	Conceito. Generalidades .....	488
2.	Fundamento .....	490
3.	Pressupostos lógico e fundamental .....	491
4.	Classificação da sucumbência .....	492
5.	Pressupostos recursais objetivos .....	496
6.	Pressupostos recursais subjetivos .....	506
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação .....	507
8.	Extinção anormal dos recursos .....	507

9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial .....	509
10.	Recursos voluntários e necessários .....	509
11.	Efeitos dos recursos .....	512
12.	Unirrecorribilidade .....	515

## CAPÍTULO 19

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição .....	517
2.	Exemplo de razões. Observação .....	518
3.	Considerações .....	520
4.	O recurso em sentido estrito .....	522
5.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581? .....	523
6.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....	524
7.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado? .....	524
8.	Prazo para razões e contra-razões .....	525
9.	Pode o Juiz retratar-se? .....	526
10.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....	527
11.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	528
12.	Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça? .....	528
13.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada? .....	530
14.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....	532
15.	Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente) .....	539
16.	Efeitos .....	539
17.	Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i> .....	541

## CAPÍTULO 20

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo .....	542
----	---	-----

2.	Exemplo de razões. Observação .....	543
3.	Exemplo de contra-razões .....	545
4.	Noções .....	553
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	554
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? .....	556
7.	Como se interpõe a apelação? .....	556
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem .....	556
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões .....	558
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos? .....	559
11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância? .....	559
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo? .....	561
13.	Apelação plena e limitada .....	562
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância .....	563
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo .....	564
16.	Extinção anormal da apelação .....	571
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ? .....	575
18.	A apelação sobe nos próprios autos? .....	578
19.	O § 4º do art. 593 .....	578
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? .....	579
21.	Apelação sumária e apelação ordinária .....	579
22.	Efeitos do recurso de apelação .....	580
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....	581
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	581

## CAPÍTULO 21

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição .....	589
2.	Noções .....	589
3.	É exclusivo da defesa? .....	590

4.	Quando cabe .....	590
5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? .....	591
6.	Pode a defesa protestar e apelar? .....	593
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri? .....	594
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? .....	595
9.	Razão histórica do protesto .....	596
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada? .....	597
11.	Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento? .....	598

## CAPÍTULO 22

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1.	Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação .....	600
2.	Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça .....	602
3.	Considerações preliminares.....	604
4.	Os embargos infringentes e de nulidade .....	605
5.	Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento .....	606
6.	São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância? .....	608
7.	A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar .....	609
8.	Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? .....	610
9.	Os embargos no STF .....	610
10.	Os embargos no STJ .....	612

## CAPÍTULO 23

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Modelo .....	613
2.	Generalidades .....	614
3.	Quando podem ser opostos .....	615

4.	A quem são dirigidos .....	615
5.	Procedimento .....	615
6.	Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento? .....	616
7.	Quem pode interpor os embargos? .....	616
8.	Quem os julga? .....	617
9.	Os embargos na inferior instância .....	617
10.	Retratabilidade .....	617
11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....	617
12.	Extensão dos embargos declaratórios .....	618

## CAPÍTULO 24

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação .....	620
2.	Exemplo de razões .....	621
3.	Exemplo de contra-razões .....	623
4.	Observações sobre a carta testemunhável .....	624
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? .....	625
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável .....	626
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemnhante .....	626
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo? .....	628
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? .....	628
10.	Razões históricas da carta testemunhável .....	628
11.	Como se conta o prazo .....	629

## CAPÍTULO 25

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1.	Modelo .....	631
----	--------------	-----

2.	Exemplo de razões .....	632
3.	Exemplo de contra-razões .....	633
4.	Generalidades .....	634
5.	Cabimento .....	634
6.	Admite-se a correição no processo civil? .....	636
7.	Origem .....	636
8.	Surgimento da correição no Estado de São Paulo .....	637
9.	É inconstitucional? .....	637
10.	É recurso? .....	638
11.	Procedimento .....	639

## CAPÍTULO 26

### DO “HABEAS CORPUS”

1.	Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito .....	642
2.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	643
3.	Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica? .....	644
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	646
4A.	Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo .....	646
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? ..	649
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício? .....	649
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ? .....	650
8.	A competência originária .....	650
9.	A competência recursal .....	658
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....	660
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ? .....	661
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível? .....	661

13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? Observação .	661
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i> .....	663
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	664
16.	Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça .....	665
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	678
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i> .....	678
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ .....	678
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	680
21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado? .....	681
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem? .....	681
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....	682
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ? .....	682
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? .....	684
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular? .....	684
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório .....	685
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i> .....	689
29.	Apresentação do paciente .....	689
30.	Sanções.....	690
31.	Pedido de informações .....	690
32.	Intervenção do Ministério Público .....	690
33.	Como pode ser impetrada a ordem? .....	691
34.	Concessão .....	692
35.	Não-cabimento .....	692
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i> .....	693
37.	Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição? .....	694
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	695



## CAPÍTULO 27

### DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1.	Exemplo de interposição .....	697
2.	Exemplo das razões .....	697
3.	Os três tipos de recurso ordinário-constitucional .....	700
4.	O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta .....	700
5.	O recurso ordinário-constitucional .....	703
6.	Procedimento .....	704

## CAPÍTULO 28

### DA REVISÃO CRIMINAL

1.	Exemplo de propositura de revisão criminal .....	706
2.	Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .....	708
3.	Generalidades .....	708
4.	O erro judiciário e a coisa julgada .....	710
5.	A revisão <i>pro societate</i> .....	712
6.	A revisão criminal no Brasil .....	713
7.	A natureza jurídica .....	714
8.	Pressuposto primordial da revisão .....	716
9.	Oportunidade .....	716
10.	Legitimidade .....	716
11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....	718
12.	A revisão e a decisão do Júri .....	719
13.	Competência .....	721
14.	Os fundamentos do pedido .....	723
15.	Extinção da punibilidade .....	724
16.	Unificação de penas .....	726
17.	Revisão para aumentar a pena .....	726
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	727
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia? .....	728

20.	Conversão em diligência .....	728
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP .....	729
22.	Absolvição e revisão .....	729
23.	Prazo .....	730
24.	O pedido .....	730
25.	Procedimento .....	731
26.	Julgamento .....	732
27.	Improcedência .....	733
28.	Procedência .....	733
29.	Conseqüências .....	734
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	734
31.	Reiteração .....	737
32.	Sentença estrangeira .....	738
33.	A Justiça Eleitoral .....	738
34.	Morte do condenado .....	739
35.	A indenização. Nota .....	739

## CAPÍTULO 29

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais .....	741
2.	Recurso extraordinário: conceito .....	741
3.	A denominação “extraordinário” .....	743
4.	Outras funções do STF .....	744
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário? .....	745
6.	Legitimidade .....	746
7.	Procedimento .....	747
8.	Denegação. Recurso oponível .....	749
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	750
10.	Problemas especiais .....	750
11.	Recurso extraordinário e recurso especial .....	752
12.	Modelo .....	752
13.	Súmulas do STF em matéria criminal .....	755

## CAPÍTULO 30

### DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial .....	766
2.	Quando cabe .....	766
3.	Finalidade .....	771
4.	Procedimento .....	771
5.	Denegação .....	773
6.	Outras funções do STJ .....	773
7.	Súmulas do STJ em matéria criminal .....	774
8.	Súmulas do extinto TFR em matéria criminal .....	780
9.	Modelos .....	781

## CAPÍTULO 31

### DOS AGRAVOS

1.	Os agravos no processo penal .....	799
2.	Histórico .....	799
3.	O agravo de instrumento no processo penal .....	800
4.	Modelos de agravo de instrumento .....	803
5.	O agravo em execução .....	815
6.	Modelo de agravo em execução .....	817
7.	O agravo regimental .....	821
8.	Modelo de agravo regimental .....	822
9.	O recurso inominado .....	823

## ADENDO

O novo procedimento dos crimes falimentares .....	825
---	-----